

Anticomunismo, antissemitismo e atentados de extrema-direita na abertura da ditadura civil-militar

Anti-communism, anti-Semitism and far-right attacks at the opening of the civil-military dictatorship

José Airton de Farias,¹ IFCE

Resumo

O anticomunismo foi, sobretudo, nas décadas iniciais do século XX, vinculado ao antissemitismo. Para diversos grupos conservadores, o povo israelita integrava uma conspiração internacional visando à expansão do comunismo. No processo de abertura da ditadura civil-militar brasileira, a partir do final da década de 1970, indivíduos e grupos de extrema-direita praticaram diversos atentados terroristas, acreditando que as mobilizações em favor da democracia teriam embutido um projeto comunista de inserção social e tomada do poder. Os extremistas chegaram a atacar e ameaçar judeus e entidades israelitas, tendo-se em contar o apoio que parte da comunidade judaica manifestou à democratização do País. Em paralelo, realizaram proselitismo a favor do nazismo, por meio de pichações, panfletos e até com a organizações de grupos políticos.

Palavras-chaves: Abertura da ditadura civil-militar; Atentados de extrema-direita; Anticomunismo e antissemitismo.

Abstract

Anti-communism was, above all, in the early decades of the 20th century, linked to anti-Semitism. For several conservative groups, the Israeli people were part of an international conspiracy aimed at the expansion of communism. In the process of opening the Brazilian civil-military dictatorship, from the end of the 1970s, individuals and groups of the extreme right carried out several terrorist attacks, believing that the mobilizations in favor of democracy would have included a communist project of social insertion and power takeover. The extremists even attacked and threatened Jews and Israeli entities, taking into account the support that part of the Jewish community expressed for the democratization of the country. In parallel, they carried out proselytizing in favor of Nazism, through graffiti, pamphlets and even with organizations of political groups.

Keywords: Opening of the civil-military dictatorship. Far-right attacks. Anti-communism and anti-Semitism.

Em meio à crise política vivida pelo Brasil na década passada, não passaram despercebidas as diversas e veemente manifestações anticomunistas. Frases como “nossa bandeira jamais será vermelha” e “vá para a Cuba” eram comumente vistas, por exemplo, nas passeatas daqueles que defendiam o afastamento de Dilma Rousseff da presidência, em 2016. Foi em nome da defesa da Pátria e da religião e do combate ao comunismo que Jair Bolsonaro

¹ Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e professor do Instituto Federal do Ceará (IFCE). Correio eletrônico: airtondefarias@yahoo.com.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3066-7194>.

venceria as eleições de 2018, propugnando uma “guerra cultural” contra o que entendia ser a “inserção e doutrinação marxistas” na sociedade, em particular, na área da educação. Na esteira do anticomunismo, surgiram movimentos buscando censurar professores e a produção do conhecimento (FARIAS; OLIVEIRA, 2020, p. 6). Não deixa ser sintomático essa difusão do anticomunismo no País décadas após o esfacelamento da União Soviética e colapso do socialismo real, sinal que o fenômeno guarda raízes mais profundas com a cultura política do Brasil.

O anticomunismo é aqui entendido como a oposição sistemática à ideologia comunista ou ao que é identificado como comunismo, um antagonismo que se adapta a distintas realidades e momentos históricos e se manifesta através de representações e práticas diversas (BONET, 2004, p. 34). Não está restrito a um grupo específico ou a um único órgão ou instituição política (RODEGHERO, 2002, p. 21; SILVA, 2013, p. 296; SILVA, 2000, p. 196), nem se trata de mera ação reativa a acontecimento pontuais da história, de ascensão das esquerdas, embora nestes momentos, fique mais explícito. O anticomunismo é uma forma de ver e agir no mundo e, especificamente, tratando-se do Brasil, um dos fenômenos centrais do processo político nacional (SPOHR, 2011, p. 10).

Há diferenças e divergências entre os próprios anticomunistas sobre como agir e se organizar para combater o “perigo vermelho”, embora, comumente, se unam ou se aproximem, em determinadas conjunturas, contra o inimigo comum. Neste artigo, tratamos de anticomunismo em referência a grupos e indivíduos extremistas que, em hipótese alguma, toleravam a convivência mínima com comunistas, tal a imagem negativa ou de perigo com a qual encaravam estes. O anticomunista extremista tratado nestas páginas não se resume à mera oposição aos comunistas. São indivíduos e grupos que apresentam posições e/ou desenvolvem ações que implicam no impedimento da manifestação do pensamento do adversário e, por vezes, na agressão e extermínio (MOTTA, 2002, p. 78).

O anticomunismo já se fazia presente em terras brasileiras no período imediatamente posterior à Revolução Russa de 1917 e na década de 1920. Foi nos anos 1930, com o crescimento do Partido Comunista Brasileiro (PCB), capitaneado por Luiz Carlos Prestes, e, sobretudo, com a denominada “Intentona”/Levante Comunista, de 1935, que o quadro se alterou. Daí em diante o comunismo cada vez mais passou a ser visto como um perigoso inimigo, externo e interno, a ser observado pelas autoridades e cidadãos, e seu combate começou a ter papel de relevo na história política do Brasil. O medo crescente do comunismo implicou no alargamento do anticomunismo (MOTTA, 2002, p. 28).

A “Intentona”/Levante de 1935 deu base para todo um imaginário anticomunista no Brasil, especialmente entre os militares, que a conceberam como um ato covarde, de traição à Pátria e de quebra da hierarquia. Estruturou-se, então, um conjunto de representações acerca do comunismo que, reproduzidas ao longo das décadas, orientou discursos e práticas do Estado, de organizações e de indivíduos. Esses momentos de maior anticomunismo, por vezes estendido como antiesquerdismo, variou ao longo do tempo. Em certos períodos, foi bem residual e fraco; em outros, conforme as conjunturas históricas, radicalizou-se. Rodrigo Patto Sá Motta (2002, p. 179) destaca alguns períodos. Entre 1935-37, na Era Vargas, como mencionamos acima; entre 1946-47, quando do início da Guerra Fria e que, no caso do Brasil, levou o PCB a ser posto na clandestinidade; no começo dos anos 1960, quando da crise que levaria ao golpe que depôs João Goulart, acusado por muitos de ser “comunista” ou de permitir a atuação livre dos comunistas no País.

Como de se esperar, os discursos e as práticas anticomunistas foram intensos durante a ditadura civil-militar (1964-85). A ameaça do “perigo vermelho” foi reforçada pelos governos militares junto à população, especialmente quando das mobilizações estudantis e luta armada das esquerdas no final dos anos 60 e começo dos 70. O discurso de um risco iminente da “subversão”, entendida como terrorista e comunista, incitava o medo na coletividade e endossava apoios ao governo, criando as justificativas e legitimando a repressão aos opositores. Como mostra a historiadora Janaina Cordeiro (2015, p. 23), o combate às esquerdas angariou simpatias de parte da sociedade ao governo ditatorial, especialmente de grupos conservadores e liberais. O governo ditatorial se colocava como “guardião da ordem no embate ao monstro comunista e seus valores perversos e pervertidos”.

Defendemos que as representações anticomunistas devem ser consideradas para melhor entender as motivações que levaram, no final dos anos 1970 e começo da década seguinte, elementos de extrema-direita a realizarem vários atentados terroristas. Para tais elementos, o processo de distensão/abertura do regime ditatorial-militar abria espaço para os planos comunistas de infiltração na sociedade e tomada do poder (FARIAS, 2021, p. 156).

Uma das particularidades das representações anticomunistas, sobretudo, na primeira metade do século XX, especificamente nas décadas de 1920-1930, foi a da associação entre anticomunismo e antisemitismo. Acreditava-se em uma suposta conspiração mundial judaica visando à implantação de regimes comunistas. Essa interseção antisemitismo-anticomunismo, difundida, especialmente, em círculos fascistas, nazistas e católicos, teve inserção considerável na sociedade. Os judeus seriam agentes do comunismo internacional, agindo secretamente na intenção de destruir a ordem e os valores pátrios e cristãos. O

historiador Rodrigo Patto Sá (1998, p. 94) diz que, embora no século XIX grupos conservadores apontassem os judeus com instigadores de revoltas, foi no século XX, notadamente, com a Revolução Russa de 1917 e o quadro social e político caótico do pós-I Guerra na Europa, que se consubstanciou o discurso ligando comunismo e judaísmo. Tão grave e complexa a crise dos anos 1920 e 1930 que, para muitas pessoas, se tornavam atraentes e perfeitamente possíveis as teorias conspiratórias, então em voga, sobre alguma força terrível ou indivíduos, ocultos e bem articulados, serem os causadores daquela dramática situação, responsáveis por tanto sofrimento e desespero nas sociedades (MOTTA, 1998, p. 98).

A Revolução Russa, dessa forma, integraria o plano dos conspiradores judeus em dominar o mundo. Os círculos conservadores buscavam fundamentar a acusação e a necessidade do combate, sem tréguas, ao inimigo judeu-bolchevista, no fato de existirem vários militantes e lideranças judias comunistas e na origem israelita de Marx e de líderes soviéticos, como Trotsky, ou seja, superdimensionavam e distorciam o real para fundamentar a ideia do complô mundial. Chegaram ao extremo de dizer que Lênin e Stálin eram judeus (MOTTA, 2002, p. 58).

A ascensão de movimentos e regimes nazi-fascistas endossou ainda mais o antissemitismo, de uma maneira jamais conhecida. Os nazistas, especialmente, aproximavam judeus e comunistas, transformando-os em grandes vilões e promotores do caos e destruição (LUZ, 2006, p. 98). O comunismo seria mais um embuste dos judeus em seu eterno esforço de domínio do mundo (MOTTA, 1998, p. 98). Para endossar ainda mais a ligação judaísmo-comunismo, grupos direitistas apontavam como muitos judeus estavam se engajando na luta antifascista, a exemplo do que se dera na Guerra Civil Espanhola (1936-39), quando vários israelitas lutaram ao lado dos republicanos (MOTTA, 1998, p. 104). Ou seja, afora o tradicional estereótipo do judeu plutocrata, dono de enormes riquezas e que dominava e influenciava o sistema financeiro capitalista, os governos, a imprensa, etc., havia o judeu comunista, parte de um complô articulado internacionalmente, com fins de dominar o mundo e implantar regimes marxistas (LUZ, 2006, p. 118).

A convergência entre antissemitismo e anticomunismo expressava a insegurança, a angústia e a resistência de vastos setores sociais ante as transformações mundiais em curso no final do XIX e começo do século XX – urbanização, industrialização, surgimento e fortalecimento de novos grupos sociais, reformas liberais e democratizantes, alterações no comportamento, etc. As mudanças eram encaradas de forma negativas e vistas como sinal de decadência e degeneração da civilização, cuja materialização se evidenciaria nos problemas

concretos surgidos. Ganhavam corpo, no interior da sociedade, pensamentos dualistas, maniqueístas, sobre a realidade, em que haveria forças maléficas em ação no desejo de destruir o bem, propagar o mal e conquistar o mundo. Daí os espaços para as crenças em teorias conspiratórias acerca de grupos sinistros, de atividades clandestinas (“mãos ocultas”), planejando e provocando a destruição dos “bons valores”, criação do “reino do mal” e “subjugação da humanidade” (MOTTA, 1998, p. 96). Essa demonização do outro, ao longo da história, pode ser percebida em relação a jesuítas, a maçons, a judeus e aos comunistas, de cujas ações maléficas as pessoas não passariam de meras e inocentes vítimas. Se, porém, havia o mal, era imprescindível haver forças do “bem”, sendo, pois justificáveis todas as ações – inclusive, violentas e repressivas – para derrotar a ameaça.

Nesse sentido, os judeus atraíam ódio, pois pareciam representar perfeitamente a modernidade e suas tendências revolucionárias. Embora houvesse, como em quaisquer outros grupos sociais ou religiosos, muitos judeus conservadores, existiam, por outro lado, vários deles que se posicionavam pelas mudanças, viam com bons olhos as propostas de liberdade e igualdade, tendo-se em conta a condição de marginalizados da sociedade em que viviam (MOTTA, 1998, p. 104). Ou seja, a partir de alguns dados da realidade, o antissemitismo foi se extremado, generalizando-se a visão do judeu como um sujeito que afrontava a ordem. Some-se a isso a tradicional indisposição religiosa cristã contra os judeus, oriunda da Idade Média, o crescimento do chamado antissemitismo moderno racialista (ficado em razões “científicas e raciais”) e a concepção de que seriam “apátridas” e “internacionalistas”, uma ameaça, pois, à ideia de nação e unidade nacional defendida por conservadores (MOTTA, 2002, p. 59).

No Brasil dos anos 1930, encontramos indivíduos, especialmente, da Ação Integralista Brasileira (AIB), com posições antissemitas extremadas, embora, ressalte-se, a questão não fosse unanimidade dentro do movimento à época e houvesse, posteriormente, um esforço hercúleo dos remanescentes integralistas em negar tal aspecto (CALDEIRA NETO, 2014, p. 130). Um dos mais famosos antissemitas da AIB e admirador de Hitler, foi um cearense, o escritor, advogado e ex-deputado Gustavo Barroso, destacado doutrinador do movimento e que, em suas argumentações, buscou constantemente associar comunismo e judaísmo (CALDEIRA NETO, 2014, p. 137 e seguintes). Em 1935, como alguns judeus participaram da Revolta Comunista (“Intentona Comunista”), os laços entre antissemitismo e anticomunismo sensibilizaram vários grupos sociais brasileiros, com dezenas de judeus comunistas sendo presos nos dias seguintes à revolta. Em 1937, o pretexto usado por Vargas para implantar a ditadura do Estado Novo foi o fantasioso Plano Cohen, em referência a um

comunista judeu que pretendia criar o caos no País e cujas características expressavam perfeitamente as teorias conspiratórias (um plano secreto, um pequeno grupo em ação, traição, violência exacerbada, assassinatos, lutas sociais para desestabilizar a sociedade, etc.) (MOTTA, 2002, p. 58-60). Na História do PCB, vários de seus mais destacados militantes e dirigentes apresentavam origem judia, a exemplo de Leôncio Basbaum, Jacob Gorender, Maurício Grabois e Salomão Malina, o que servia também para endossar o estereótipo do judeu-comunista por parte de grupos conservadores (MOTTA, 1998, p. 104).

Na segunda metade do século XX, o antissemitismo diminuiu, em particular, como decorrência das revelações acerca das atrocidades feitas pelos nazistas na Europa nos anos 1930 e 1940. O antissemitismo foi desmoralizado e sua imagem ficou associada a Hitler, ao nazismo e ao Holocausto (MOTTA, 2002, p. 61). Não obstante, algumas manifestações explorando supostos vínculos entre judeus e comunistas persistiram. Os laços residuais entre antissemitismo e anticomunismo podem ser percebidos no processo de distensão/abertura da ditadura civil-militar brasileira.

Ligações perigosas

O contexto de flexibilização da ditadura foi marcado não apenas pela rearticulação dos movimentos populares e setores de esquerda, mas, também, pela organização e manifestação de grupos e sujeitos conservadores e de extrema-direita. A revista *Veja*, em reportagem na edição de 3 de abril de 1980, abordou o aparecimento de vários grupos de extrema-direita na esteira do inconformismo com a abertura. Seriam grupos pequenos, com poucos membros, alguns aparentemente dedicados apenas aos estudos e produção literária, segundo a revista. Foram citados: a Confederação dos Centros Culturais da Juventude (CCCJ), Centelha Nativista, Cruzada da Renovação Nacional, Comando de Caça aos Comunistas, Opção Nacionalista Democrática (OND) e Organização Nacional Estudantil². Os historiadores Odilon Caldeira e Leandro Pereira Gonçalves afirmam que, em 1979, buscou-se, sem sucesso, refundar a AIB (Ação Integralista Brasileira), baseando-se na organização congênere dos anos 30, de inspiração fascista, antidemocrática e fortemente anticomunista, cujo líder mais expressivo, Plínio Salgado, falecera em 1975 (GONÇALVES, CALDEIRA NETO, 2020, p. 123). No ano de 1980, integralistas organizaram a Associação Brasileira de Cultura (ABC), em São Paulo, e, no ano seguinte, a Casa Plínio Salgado (GONÇALVES, CALDEIRA

² *Veja*, 03/04/1980.

NETO, 2020, p. 124 e 128). Importa ressaltar que nem todo grupo anticomunista e/ou antissemita se envolveu em ataques terroristas no período final da ditadura.

Em um momento de mobilização da extrema-direita como aquele, não seria surpreendente que setores antijudaicos também se expressassem, buscando espaços políticos, a difusão de suas ideias e explorando as representações acerca de uma ameaça comunista advinda com a flexibilização da ditadura, vinculando-a ao antissemitismo. Novamente, elementos do real eram exagerados e deturpados para dar sustentabilidade às acusações de ligações entre judaísmo e comunismo.

Um dos episódios marcantes, fosse para a articulação das oposições, fosse para as disputas intramilitares (entre militares “moderados e duros”), foi o da morte, em 1975, sob tortura, de Wladimir Herzog, jornalista e judeu ligado ao PCB. Embora a morte de Herzog não tenha ocorrido pelo fato dele ser judeu, a sua origem israelita acabou sendo usada por agentes da repressão para desqualificá-lo e minimizar o crime ocorrido³. Essa intenção de atacar a imagem de Herzog (e dos comunistas) pode ser percebida por ocasião do atentado à bomba contra o jornal carioca *Tribuna da Imprensa*, em março de 1981, quando foi pichada, numa das paredes da redação, a expressão “Comando Herzog”, buscando-se fazer acreditar que o ataque havia sido promovido por uma organização de esquerda, o que não foi levado a sério por diversos setores da sociedade⁴.

A morte do jornalista mobilizou parte da comunidade judia, que não aceitou a versão oficial do suicídio e promoveu protestos. O rabino Henry Sobel determinou que o corpo fosse enterrado dentro do cemitério, e não às margens, onde se enterravam os suicidas, conforme a tradição israelita. Mesmo intimidado pelo Exército, por ser estrangeiro, Sobel participou, ao lado do arcebispo de São Paulo, Dom Evaristo Arns, e do pastor presbiteriano, Jaime Wright, do ato ecumênico realizado na Igreja da Sé, a 31 de outubro de 1975⁵. Da oposição e resistência à ditadura, inclusive, armada, participaram muitos judeus, em geral, secularizados, ou seja, que não seguiam rigidamente a religião e haviam se integrado à cultura da sociedade local⁶. A diversidade de posicionamentos da comunidade judaica acerca da ditadura pode ser ilustrada pela controvérsia acerca da exumação do cadáver de Iara Iavelberg, militante judia de esquerda e companheira de Carlos Lamarca, morta em Salvador, em 1971. Por anos, imperou a versão de que Iara cometera suicídio ante um cerco de agentes da ditadura. Nos

³ Resistência de judeus à ditadura é tema de debate. Blog de História, Ciências, Saúde – Manguinhos.

⁴ *Tribuna da Imprensa*, 06/04/1981.

⁵ Resistência de judeus à ditadura é tema de debate. Blog de História, Ciências, Saúde – Manguinhos.

⁶ Judeus que resistiram à ditadura eram secularizados. Blog de História, Ciências, Saúde – Manguinhos.

anos 1990, constatou-se que havia sido morta a tiros. Em 2003, os restos mortais da Iara foram exumados para realização de nova autópsia. Mesmo com articulações do rabino Henry Sobel, a entidade judia que administrava o Cemitério Israelita do Butatã, no Rio de Janeiro, se opôs intransigentemente. A família de Iara teve de recorrer à Justiça e, apenas em 2006, garantiu um novo enterro para Iara, conforme os ritos judaicos (EMILIANO, MIRANDA, 2015, p. 203).

Encontramos, nos documentos, referências a um grupo que abertamente remetia ao ideário de Adolf Hitler, o Movimento de Renovação Nazista (MRN). Em 1979, o MRN fez ameaças de mortes, por meio de ligações telefônicas, a vários intelectuais, artistas e políticos de São Paulo. Os ameaçados eram ligados à defesa do processo de liberalização do regime, dentre eles, muitas pessoas de esquerda e judeus. Em um caso, envolvendo judeus, o grupo não ficou só nas ameaças. Lourdes Cedran, diretora do Paço das Artes e esposa do físico Mário Schenberg,⁷ teve a residência invadida e acabou espancada por dois jovens. Os agressores diziam que estavam atrás dos “papeis do velho”. Antes de irem embora, afirmaram que o próximo a ser atacado seria o artista Mário Gruber – que, dias depois, passou a receber telefonemas anônimos com intimidações. Mário Schenberg, cientista de prestígio e um dos fundadores da Associação dos Docentes da USP, havia se manifestado publicamente, com duras críticas, ao acordo nuclear assinado pelo governo brasileiro com a Alemanha em 1975, o que pode ter sido visto, pelos integrantes do MRN, como um posicionamento contrário aos “interesses nacionais” a partir de um judeu.⁸

Em outubro de 1979, o grupo enviou uma carta ao arcebispo de São Paulo, Dom Evaristo Arns, assumindo a autoria do atentado à casa de Schenberg e passando uma lista de 33 nomes de pessoas visadas. Na missiva, os integrantes do MRN, autoproclamados “filhos de Hitler”, se diziam a favor do acordo nuclear Brasil-Alemanha, pois “este é um caminho para que a raça ariana volte a ter seu verdadeiro papel, sobretudo, militarmente”, e atacavam os judeus, “que com seus impérios, cada vez mais tomam conta do mundo, levando-o à degeneração”. O texto ainda defendia o tradicionalismo, ao criticar o movimento feminista “que estimula a mulher a desobedecer o (sic) homem e a ter ideias próprias” e a arte “corrupta, erótica e imoral”.⁹ Os ameaçados, entre as quais o físico José Goldemberg, o empresário Ermírio de Moraes, o dirigente do PCdoB Diógenes Arruda Câmara e o deputado do MDB Alberto Goldman, denunciaram o sucedido à Comissão de Justiça e Paz de São

⁷ <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/historia-oral/entrevista-tematica/mario-schenberg>.

⁸ Jornal da Tarde 20/10/1979; Jornal do Brasil, 23/10/1979, 24/10/1979, 11/04/1980.

⁹ Jornal do Brasil, 24/10/1979.

Paulo, cujo presidente José Carlos Dias, em declaração à imprensa, não descartou a presença no MRN de agente da repressão contrários ao processo de democratização¹⁰.

Embora pudesse haver contatos entre os autoproclamados nazistas, não descartamos que a apologia dos “filhos de Hitler” em uma área acabasse influenciando extremistas de direita em outros locais do Brasil. Obtivemos uma outra referência direta ao MRN no jornal O Povo, de Fortaleza, de 8 agosto de 1980, em meio à série de ameaças e atentados a bancas que sacudiam o País. O periódico recebeu carta intimidatória, em que o MRN exaltava as ações da Falange Pátria Nova, grupo responsável, então, por vários ataques terroristas Brasil afora. O Movimento de Renovação Nazista brandava, no texto, “Abaixo a imprensa soviética”, dando a entender que O Povo seria um jornal comunista e, como que reagindo às críticas contrárias à onda terrorista, buscava lembrar da repressão nos países da Cortina de Ferro, pedindo que “soltem os presos políticos na União Soviética”. No final do comunicado, os terroristas colocaram uma suástica, do lado esquerdo, e à direita, as letras MRN.¹¹

O mesmo jornal, na edição de 30 de novembro de 1980, trouxe foto sobre uma pichação ocorrida em umas das principais avenidas de Fortaleza (Heráclito Graça), “Viva Hitler”, manifestando surpresa por existirem admiradores do ditador nazista na capital cearense e questionando se por trás das inscrições não estariam os responsáveis pelos atentados terroristas de extrema-direita.¹² As pichações continuariam nos meses seguintes em vários locais de Fortaleza. No início de janeiro de 1981, a imprensa informou que vários muros de casas do bairro da Aldeota e da Avenida 13 de Maio vinham sendo pichados com suásticas e frase de exaltação ao líder nazista, a exemplo de “Estamos com Hitler” e “Viva Hitler”. Até o muro da residência do secretário de cultura do Ceará, o escritor Manuelito Eduardo Campos, homem de ligações com as estruturas de poder local, foi pichada com frases alusivas ao ditador alemão.¹³ A questão das pichações em Fortaleza, inclusive, as realizadas por grupos de esquerda, voltou a ser tema de matéria em O Povo de abril de 1981. No centro da cidade, conforme o periódico, podiam ser encontradas várias inscrições da suástica e frases com “vivas a Hitler”.¹⁴

¹⁰ Jornal O Rio Grande, de 31 de outubro de 1979, anexado ao Relatório de Informação do SNI, Agência Porto Alegre, nº 039/116/APA;79, Atividades de organizações de direita, de 8 de novembro de 1979. Arquivo Nacional.

¹¹ O Povo, 08/08/1980.

¹² O Povo, 30/11/1980.

¹³ Diário de Natal, 08/01/1981.

¹⁴ O Povo, 10/04/1981.

Em São Paulo, dias antes de ser incendiada, uma banca no bairro de Tremembé, zona norte da cidade, fora pichada com a suástica e a frase “a próxima será esta”.¹⁵ No Rio Grande do Sul, a imprensa, em outubro de 1979, citou a distribuição de panfletos de caráter racista, em que se condenava a miscigenação entre brancos, negros e indígenas (“o desenvolvimento separado é a melhor forma de viver”) e elogiava a Ku Klux Klan (“exemplo cristão de defesa comunitária”). Um desses panfletos, intitulado “Folha do IBOP” (a sigla não é explicada), apresentava, no verso, desenho de figura feminina, com uma boina, onde se via um distintivo que lembrava a cruz gamada, e texto dizendo: “...devemos importar bons exemplos, não interessa de onde: a Klan é um exemplo para a sociedade brasileira, onde as pessoas de raça branca são as vítimas da violência do dia a dia”.¹⁶ Os folhetos estavam sendo distribuídos de porta em porta, em Porto Alegre, por jovens, que explicavam o objetivo da campanha e pediam contribuição em dinheiro para continuar editando o boletim.

No Rio grande do Sul, parecia existia um forte núcleo de atuação de extrema-direita, em especial do Comando de Caça aos Comunistas. O jornal do Brasil informou que em julho e agosto de 1980, pelo menos 50 pessoas, entre advogados, jornalistas, religiosos e políticos gaúchos, principalmente das cidades de Santo Ângelo, Cruz Alta e Passo Fundo, foram alvos de cartas com ameaças do CCC.¹⁷ Dos grupos de extrema-direita que mais se envolveram na onda terrorista por todo o País, foi do Comando de Caça aos Comunistas – ou de indivíduos que usavam a sigla – que obtivemos uma manifestação explicitamente associando antissemitismo e anticomunismo. Em outubro de 1976, o CCC mandara um panfleto, pelos correios, ao paranaense Bereck Krieger, onde se via a foto de um casal, com o homem ferido, e a seguinte ameaça: “CAMARADA BEREK: SAUDAÇÕES. Eis uma foto que prevê como será sua fuga e de tua (sic) mulher para a RÚSSIA, isto se deixarmos. JUDEU/COMUNISTA!”.¹⁸

Um dos outros grupos extremistas vinculado a ameaças e ataques contra alvos judaicos foi o Comando Delta, no Rio de Janeiro. A 3 de maio de 1981, dias após o atentado ao Riocentro, o diretor da Rádio Metropolitana, Guy Moraes Masset, recebeu ligação telefônica de alguém, dizendo-se pertencer àquele grupo terrorista, indagando se o mesmo era judeu. A

¹⁵ Ocorrido a 26 de setembro de 1980. O proprietário, Joaquim Campelo, já havia deixando de vender jornais da imprensa alternativa. *Jornal do Brasil*, 27/09/1980. “Atividades de organizações de direita”, Informação nº 197/116/ARJ/1979, da Agência do SNI do Rio de Janeiro, de 14 de novembro de 1979. Arquivo Nacional.

¹⁶ *Jornal O Rio Grande*, de 31 de outubro de 1979, anexado ao Relatório de Informação do SNI, Agência Porto Alegre, nº 039/116/APA;79, “Atividades de organizações de direita”, de 8 de novembro de 1979. Arquivo Nacional. Notação: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ggg_79000769_d0001de0001. Acesso a 29/10/2020.

¹⁷ *Jornal do Brasil*, 28/09/1980.

¹⁸ Informe SNI nº 0779/116/ACT/78, de 7 de agosto de 1978, sobre o Comando de Caça aos Comunistas.. Arquivo Nacional.

seguir, então, a pessoa exigiu que “fosse retirado do ar, imediatamente, qualquer programa judeu” e que “não (se) fizesse qualquer promoção do sionismo”. Os extremistas ameaçaram Masset e advertiram que poderiam destruir os transmissores da emissora.¹⁹ Não foi possível apurar, na pesquisa, se Masset, cuja rádio geralmente alugava espaços para terceiros na programação, cedeu à pressão.

A 29 de maio de 1981, em meio aos atentados e ameaças que persistiram após as bombas do Riocentro, a rádio Copacabana decidiu suspender as apresentações do programa “A voz israelita”. Elementos, dizendo-se integrantes do Comando Delta, ameaçaram explodir as torres de transmissão da rádio caso o programa não fosse retirado do ar.²⁰ Conforme noticiado pela imprensa, a emissora, situada em São Gonçalo-RJ, vinha recebendo ligações anônimas desde meados de maio, nas quais os extremistas alertavam que a rádio “não poderia ter mais programas de judeus, nem fazer qualquer promoção judia”.²¹ “A voz Israelita” era transmitida diariamente há 17 anos e seu redator-chefe, David Marcus, para tentar manter o programa no ar, ainda buscou fazer um seguro para as torres da rádio, o que foi recusado pelo Banerj, sob o argumento de que “não existia seguro contra terrorismo”.²² A direção da emissora chegara, antes, a suspender o programa por algumas semanas, para ver se as intimidações cessavam. Não obstante, assim que voltou a ser anunciado o retorno de “A voz israelita”, as ameaças telefônicas recomeçaram. Marcus, que era correspondente do jornal israelense Maariv, procurou ainda continuar com o programa em outra emissora, mas teve dificuldades, por medo dos proprietários das rádios. Segundo o *Jornal do Brasil*, emissoras de rádio de Porto Alegre-RS teriam também tentado mudar o horário de transmissão de um programa da comunidade israelita local, no contexto das intimidações anti-israelitas.²³

Ainda em 1981, poucos dias após o atentado ao Riocentro, um simulacro de bomba foi encontrado na caixa de gás da Sinagoga de Copacabana, no Rio de Janeiro. Uma ligação telefônica anônima, feita na madrugada do dia 6 de maio, para o vigia da sinagoga, Sebastião Francisco Vaz, alertou sobre a existência de um petardo programado para explodir pela manhã. O responsável pela sinagoga, Bureck Abramowich, entrou logo em contato com a polícia, que encontrou um cartucho de 15cm amarrado com fita adesiva no local. Desmontado

¹⁹ Informe do SNI nº 051/116/ARJ/81, de 8 de junho de 1981. Arquivo Nacional.

²⁰ *Jornal do Brasil*, 30/05/1981.

²¹ *Jornal do Brasil*, 31/05/1981.

²² *Jornal do Brasil*, 30/05/1981.

²³ *Jornal do Brasil*, 31/05/1981.

o cartucho por peritos, não foi achado explosivo algum em seu interior. Nenhum grupo extremista assumiu a autoria do alarme falso²⁴.

As ameaças indignaram os judeus. O presidente da Confederação Israelita do Brasil, José Meiches, alertara que a onda terrorista da extrema-direita era uma ameaça a toda sociedade brasileira e que não se deveria ceder a chantagens. “A comunidade judaica se une a outras instituições que desejam a ordem interna, como a Igreja Católica, a OAB. Apoiamos a abertura do presidente Figueiredo. O Brasil todo recusa a esse tipo de terror e deseja, como nós, coibir esses fomentadores do terrorismo”, afirmou.²⁵

Pela fala de Meiches, fica claro o entendimento de que o antissemitismo se relacionava com o endosso, de parte da comunidade judaica e de suas lideranças, à flexibilização do regime, o que irritara setores de extrema-direita. Não deixa de chamar a atenção no episódio, porém, a concepção monolítica acerca dos israelitas por parte daqueles que promoviam as ameaças. Não foi feita uma ameaça diretamente a uma entidade representativa ou a alguém específico, como nos casos de atentados à OAB, Câmara Municipal, sindicalistas, etc. Tanto no caso da Rádio Metropolitana como da Rádio Copacabana, foram ameaçados os judeus como um todo. Não deveria haver programa radiofônico e nem deveria se ceder espaço para manifestações dos judeus enquanto grupo social, étnico, religioso, etc. Todos os judeus, assim, eram alvos das ameaças e dos óbices. Sequer considerava-se que poderiam existir (e existiam) judeus que apoiavam o regime. Ao se estabelecer sanções a toda a comunidade, os extremistas de direita endossavam e manifestavam a representação histórica do judeu estereotipado, ameaçador, questionador, subversivo, que se posicionava ao lado de entidades concebidas como comunistas, a exemplo da OAB, AIB, etc., na defesa da abertura do regime. Ainda que não se tenha chamado os judeus de comunistas, as ameaças renovavam os preconceitos sobre uma comunidade que era vista como potencialmente perigosa para a manutenção da ordem.

Bombas em escolas

Nos casos citados antes, vimos manifestações de ameaças realizadas por indivíduos que pertenciam ao CCC e Comando Delta – ou se aproveitavam das denominações, nas influências mútuas que entendemos existir entre os extremistas de direita. Houve, entretanto, casos de atentados a alvos judaicos sem que a autoria fosse assumida por qualquer grupo terrorista. Pode ser que, diante da associação entre antissemitismo e holocausto judeu, não

²⁴ Jornal do Brasil, 07/05/1981.

²⁵ Jornal do Brasil, 31/05/1981.

fosse interessante para os perpetradores assumir a autoria. Ou poderia ser o caso de indivíduos que agiam por conta própria, sem terem um grupo com denominação específica. De qualquer forma, o que importava era a “mensagem” transmitida, de intimidar os judeus e demais aliados “dos comunistas” defensores da abertura.

Uma das formas mais impactantes e assustadoras da ação terrorista, para o conjunto da sociedade, foi a das ameaças e ataques a escolas e creches. A exposição e sujeição crianças e jovens aos perigos de atentados, por razões óbvias, era um tema bastante sensível e caro para as pessoas. Não por acaso, o medo de alunos, professores, diretores e demais funcionários dos estabelecimentos atingidos ou ameaçados, afora, a intranquilidade de pais, parentes, etc. Casos assim provocavam indignação e faziam aumentar ainda mais as cobranças sobre as autoridades. As ameaças às escolas, portanto, contemplavam as pretensões dos terroristas por publicização, intimidavam a oposição, endossavam a sensação de medo na coletividade e desgastavam o governo Figueiredo. No intervalo entre o final de 1979 e o primeiro semestre de 1981, levantamos episódios de várias ligações telefônicas e de bombas estouradas em estabelecimento educacionais. Nestes casos, pelo que se observa na imprensa, mais que nos envolvendo outros alvos, foram constantes e insistentes os pronunciamentos das autoridades e responsáveis pelas escolas de que tudo não passava de “brincadeiras de mau gosto”, atos de “vândalos sem conotação política” ou “ações de vingança de ex-funcionários ou ex-alunos indisciplinados”. Era compreensível o discurso, na intenção de acalmar a população e evitar que a sociedade entrasse em pânico generalizado, afinal, não seria interessante ou lógico reconhecer que um campo tão importante, como o da educação, abarcando milhões de pessoas, era, sim, um dos alvos das bombas da extrema-direita.

Os ataques às escolas também podem ser pensados como uma forma de intimidação do movimento estudantil secundarista, que, igualmente, teve participação nas manifestações de oposição à ditadura, do final dos anos 1970 e começo dos 1980. Desse momento, datam a reorganização de grêmios em diversas escolas do País, muitas vezes a partir dos próprios Centros Cívicos capitaneados pela ditadura (SAMPAIO FILHO, 2020, p. 65), a promoção de eventos para discutir problemáticas dos secundaristas e a busca de estruturação de entidades estaduais e nacionais (reconstrução, por exemplo, do Centro dos Estudantes Secundaristas do Ceará, em Fortaleza, e da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, em Curitiba, em 1981), etc. (SCHMITT, FIÚZA, 2012, p. 34; SAMPAIO FILHO, 2020, p. 78). Estas mobilizações estudantis, que não estavam isoladas das articulações dos universitários e dos esforços de reconstrução de entidades com a UNE, eram vistas pelos órgãos de repressão do regime como “proselitismo comunista no meio secundarista”, em uma evidência de como o

inimigo vermelho estaria se infiltrando na sociedade, conforme os planos silenciosos de tomada do poder (SAMPAIO FILHO, 2020, p. 81).

Não se descarta, assim, ao contrário do que era dito pelas autoridades, que muitos dos ataques a escolas no período tivessem conotação política, alvos da extrema-direita e de suas representações anticomunistas. Chama a atenção, entre os estabelecimentos de ensino atacados, as pertencentes à comunidade judaica. Entendemos que, especificamente, estes atentados não foram obra do acaso, ou seja, não foram atacadas apenas escolas que, por coincidência, eram judias, como estavam ocorrendo em outros pontos do País. Constata-se isso na medida em que as invasões e depredações foram acompanhadas de manifestações explicitamente antisemitas.

Entre os alvos de ameaças e ataques, levantamos o caso de uma creche da União Israelita Brasileira de Bem-estar Social (UNIBES), mantida pela comunidade judaica de São Paulo, no bairro do Bom Retiro. Em meio à “crista da onda” dos atentados da extrema-direita, no segundo semestre de 1980, a creche foi vandalizada por dois homens. Os invasores quebraram todos os móveis e brinquedos, destruíram as pastas das 130 crianças que ali passavam o dia em regime de semi-internato e picharam as paredes com ameaças, palavras chulas, termos antijudaicos (“Morte às crianças”, “Nazismo”, etc.), e suásticas. Nada foi roubado. Conforme a imprensa, perfurações de projeteis, de pistola automática, haviam sido achadas numa das paredes da creche dois meses antes, o que não fora comunicado à polícia, possivelmente para não alardear os pais.²⁶ Afora o medo provocado à comunidade e os prejuízos às crianças, com a paralização das atividades educacionais, os danos à creche foram estimados em Cr\$ 2 milhões de cruzeiros.²⁷

O ataque preocupou a coletividade israelita e teve reações distintas dos sujeitos históricos. Para aqueles afinados com o processo de flexibilização do regime, era uma agressão de fundo político. José Meiches, presidente da Confederação Israelita do Brasil foi incisivo: “É claro que o atentado contra a creche pode ser parte de um processo que se volta contra uma coisa que o Brasil deseja – a abertura política, a democratização”.²⁸ O rabino Henry Sobel, que compareceu ao local, considerou a invasão e a destruição da creche um lamentável incidente, que o entristecia e preocupava como brasileiro e judeu.²⁹ “Uma suástica nos muros de uma creche, seja ela judia ou não, é uma ameaça aos valores que nos são mais

²⁶ Ocorrido a 9 de agosto de 1980. Jornal do Brasil, 12/08/1980; Folha de São Paulo, 13/08/1980.

²⁷ Jornal do Brasil, 13/08/1980.

²⁸ Jornal do Brasil, 13/08/1980.

²⁹ Jornal do Brasil, 12/08/1980.

caros”, afirmou ainda.³⁰ A questão do ataque à creche foi alvo de manifestações no parlamento e de cobranças sobre o regime, que, então, deixava a apuração dos atentados para as polícias estaduais: “Se o governo [Figueiredo] não der um basta nos atentados políticos imediatamente, será responsabilizado por toda a sociedade pelas consequências que possam resultar”, declarou o vice-líder do PMDB na Câmara Federal, o deputado (e judeu) Alberto Goldmann.³¹

Como em muitas outras ocasiões, o discurso das autoridades foi o de minimizar o ocorrido, buscando afastar o espectro político e, assim, poupar a imagem do regime. O secretário de Segurança de São Paulo, Octávio Gonzaga Júnior, em declaração à imprensa, disse não acreditar que o atentado contra a creche israelita tivesse qualquer conotação política: “Só pode ter sido praticado por maníacos, esse ato de vandalismo”. Argumentou que, entre as crianças que estudavam na creche, apenas 20 apresentavam origem israelita e que, apesar das inscrições nazistas deixadas, não havia como caracterizar um “ato de terror político”. A suástica teria sido deixada apenas “para atrapalhar as investigações”.³² Prometeu para breves novidades do caso, que, porém, como tantos outros episódios da onda terrorista da extrema-direita, ficou impune também.

Houve setores da comunidade judaica que buscaram associar os atentados e as manifestações antissemitas no Brasil ao conflito, no Oriente Médio, entre o Estado de Israel e os palestinos. Foi o caso de Max Golgher, membro da Comissão de Direitos Humanos da Benal Brith, entidade internacional que cuidava da questão judaica. Golgher acusou a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) de estar financiando terroristas de direita e de esquerda no sentido de atacar os judeus, inclusive, treinando-os no Líbano.³³ Sem apontar provas ou evidências mais concretas, a declaração de Golgher parecia demonstrar o incômodo com a simpatia de setores das esquerdas com a causa palestina e a recente instalação de um escritório de representação da OLP em Brasília, autorizada pelo governo ditatorial em 1979.³⁴ A fala de Golgher não foi bem recebida e provocou indignação da comunidade árabe. Tal a repercussão negativa que a Confederação Israelita do Brasil, representante das entidades judaicas do País, e a Federação Israelita de São Paulo se apressaram em desautorizar a fala, afirmando que só se poderia fazer qualquer acusação após a investigação das autoridades.³⁵

³⁰ Jornal do Brasil, 12/08/1980.

³¹ Jornal do Brasil, 13/08/1980.

³² Folha de São Paulo, 13/08/1980.

³³ Jornal do Brasil, 13/05/1980.

³⁴ Jornal do Brasil, 18/05/1979.

³⁵ Folha de São Paulo, 14/05/1980.

Uma outra escola infantil judaica atingida foi a Patinho Feio, em Porto Alegre-RS, atacada uma semana após o atentado contra a creche da UNIBES. Na madrugada de 17 de agosto de 1980, a escola, do jardim da infância, foi invadida, tendo suas instalações internas pichadas com suásticas e inscrições antissemitas. A Patinho Feio situava-se na Rua Ramiro Barcelos, em Bomfim, bairro que abrigava a comunidade judaica da capital gaúcha. Nada foi roubado na invasão. A direção da escola tentou a todo custo evitar que o sucedido viesse a público ou que fosse dada uma conotação política, “para não assustar as famílias”. Em declaração à imprensa, a diretora do Jardim da Infância, Luiza Rosa Machado, afirmou tudo não passou de obra de “adolescente viciados”, em esforço para minimizar o sucedido. Mesmo assim, a polícia abriu investigação e a imprensa divulgou o atentado.³⁶ Ainda em agosto, os jornais noticiaram que a polícia estava investigando ameaças contra escolas infantis de Curitiba, cujos nomes não seriam revelados “para não apavorar os pais e a comunidade”. Não obstante, a Tribuna da Imprensa informou que um dos estabelecimentos era a Escola Israelita da capital paranaense, sem apresentar maiores detalhes.³⁷

Conclusões

O anticomunismo foi um fenômeno dos mais importantes do processo político do Brasil ao longo do século XX. Em diversos momentos, a difusão da crença que haveria uma infiltração comunista visando à tomada do poder se fez presente nos embates políticos, dando fundamentação e justificativa para rupturas institucionais e medidas repressivas e autoritárias. Nas primeiras décadas do século as teorias conspiratórias associavam comunismo e judaísmo. Os judeus integrariam uma conspiração mundial para a instalação de regimes marxistas. As representações, especialmente de grupos de extrema-direita e católicos, distorciam a realidade para fundamentar suas crenças. A presença de vários judeus em movimentos de renovação ou mudanças da sociedade, especialmente no final do século XIX e começo do século XX, serviam para justificar a necessidade de combater ao “judeu comunista”, relevando-se, por outro lado, a heterogeneidade, de que havia vários integrantes do povo israelita com posturas conservadoras e a favor da ordem.

No Brasil, o engajamento de algumas lideranças e organizações judias em favor do processo de flexibilização da ditadura civil-militar as tornou alvo das ameaças e atentados realizados por extremistas de direita, na onda terrorista do final dos anos 70 e começo dos 80. Evidenciou-se, então, resquícios da associação entre antissemitismo e anticomunismo,

³⁶ Tribuna da Imprensa, 23-24/08/1980.

³⁷ Tribuna da Imprensa, 15/08/1980. Jornal do Brasil, 15/08/1980; Diário da Tarde, 15/08/1980.

bastante comum até a II Guerra Mundial e que sofrera um refluxo em virtude da repercussão do Holocausto dos judeus realizado pelo nazismo. A ideia do judeu inimigo da Pátria e aliado do comunismo implicou em ataques a escolas, creches, sinagogas e ameaças a programas de rádio e as pessoas da comunidade israelita. Em várias cidades passaram a aparecer, nos espaços públicos, pichações com suásticas e exaltações de Hitler, surgindo até mesmo um movimento autoproclamado nazista. Vendo os judeus como um grupo homogêneo, os extremistas buscavam intimidar a toda a comunidade, endossando representação histórica estereotipada do judeu ameaçador e subversivo.

Fontes

Arquivo Nacional

Atividades de organizações de direita, Informação nº 197/116/ARJ/1979, da Agência do SNI do Rio de Janeiro, de 14 de novembro de 1979. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ccc_79001802_d0001de0001. Acesso 29/10/2020.

Informe SNI nº 0779/116/ACT/78, de 7 de agosto de 1978, sobre o Comando de Caça aos Comunistas.. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_nnn_81001536_d0001de0001. Acesso 29/10/2020.

Informe do SNI nº 051/116/ARJ/81, de 8 de junho de 1981. Arquivo Nacional. <http://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ccc_81004774_d0001de0001. Acesso a 29/10/2020.

Relatório de Informação do SNI, Agência Porto Alegre, nº 039/116/APA;79, Atividades de organizações de direita, de 8 de novembro de 1979. Arquivo Nacional. Notação: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ggg_79000769_d0001de0001 Acesso a 29/10/2020.

Periódicos

Diário de Natal (1981)

Folha de São Paulo (1979-1982)

Jornal da Tarde (1981)

Jornal do Brasil (1979-1982)

O Povo (1979-1982)

Tribuna da Imprensa (1979-1982)

Veja (1979-1982)

Sites

Judeus que resistiram à ditadura eram secularizados. Blog de História, Ciências, Saúde – Manguinhos. <http://www.revistahcsm.coc.fiocruz.br/judeus-que-resistiram-a-ditadura-eram-secularizados/> Acesso a 05/01/2022

Resistência de judeus à ditadura é tema de debate. Blog de História, Ciências, Saúde – Manguinhos. <http://www.revistahcsm.coc.fiocruz.br/resistencia-de-judeus-a-ditadura-e-tema-de-debate/> Acesso a 05/01/2022.

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/historia-oral/entrevista-tematica/mario-schenberg>. Acesso a 15/01/2022.

Referências

BONET, Luciano. Anticomunismo. In: BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Giafranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

CALDEIRA NETO, Odilon. **Sob o signo do sigma**: integralismo, neointegralismo e o antissemitismo. Maringá: Eduem, 2014.

CORDEIRO, Janaina Martins. **A ditadura em tempos de milagre**: comemorações, orgulho e consentimento. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

EMILIANO, José. MIRANDA, Oldack de. **Lamarca**: o capitão da guerrilha. São Paulo: Global: 2015.

FARIAS, José Airton de; OLIVEIRA, Danielle Rodrigues de. Ensino de ditadura civil-militar em tempos de “Escola Sem Partido”. **Revista Eletrônica de Educação, São Carlos-SP, v. 14, jan./dez. 2020.**

_____. Explosões conservadoras: atentados de extrema-direita na distensão da ditadura civil-militar. **Em Tempo de Histórias**, [S. l.], v. 1, n. 38, 2021, p. 148-167.

GONÇALVES, Leandro Pereira. CALDEIRA NETO, Odilon. **O fascismo em camisas verdes**: do integralismo ao neointegralismo. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

JUCÁ, Gisafran. **Gustavo Barroso**: vida, contexto e ideias. Fortaleza: NUDOC/UFC, 1990.

LUZ, Enrique. **“O eterno judeu”**: antissemitismo e antibolchevismo nos cartazes de propaganda nacional-socialista (1919-1945). 2006, 146f. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, Belo Horizonte, 2006.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O mito da conspiração judaico-comunista. **Revista de História**, São Paulo, nº 138, 1998, p. 93-105.

_____. **Em guarda contra o “perigo vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

PARENTE, Francisco Josênio Camelo. **Anauê**: os camisas verdes no poder. Fortaleza: Edições UFC, 1986.

SAMPAIO FILHO, José Airton. **“Eu vou à lura com essa juventude”**: o movimento estudantil secundarista em Fortaleza e a Comissão Pró-CESC em fins da década de 1970. 2020, 136f. Dissertação (Mestrado interdisciplinar em História e Letras) – Universidade Estadual do Ceará, Quixadá, 2020.

SCHMITT, Silvana Lazzarotto. FIÚZA, Alexandre Felipe. A DOPS e a vigilância política do movimento estudantil paranaense durante a ditadura civil-militar. **Revista HISTEDBR Online**, Campinas, n. 45, mar. 2012, p. 101-114.

SILVA, Camila Gonçalves. O imaginário Anticomunista católico no Rio Grande do Sul 1945-1964. **Locus: Revista de História**, v 19, n 2, 2013, p. 295-299.

SILVA, Carla Luciana. 2000. Anticomunismo brasileiro: conceitos e historiografia. **Tempos Históricos**, v. 2, ed. 1, 2000, p. 195-228.

SPOHR, Martina. O orgulho de ser reacionário: anticomunismo e golpe de Estado no Brasil a partir da Doutrina de Guerra Revolucionária francesa (1959-1969). In: **XXVI Simpósio Nacional de História -ANPUH/Brasil, São Paulo. Anais [...], 2011 In:** <https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anais-simposios-anpuh/32-snh26?start=280> **Acesso a 25/10/2021.**

RODEGHERO, Carla Simone. *Memórias e avaliações: norte-americanos, católicos e a recepção do anticomunismo brasileiro entre 1945 e 1964*. 2002, 447f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.